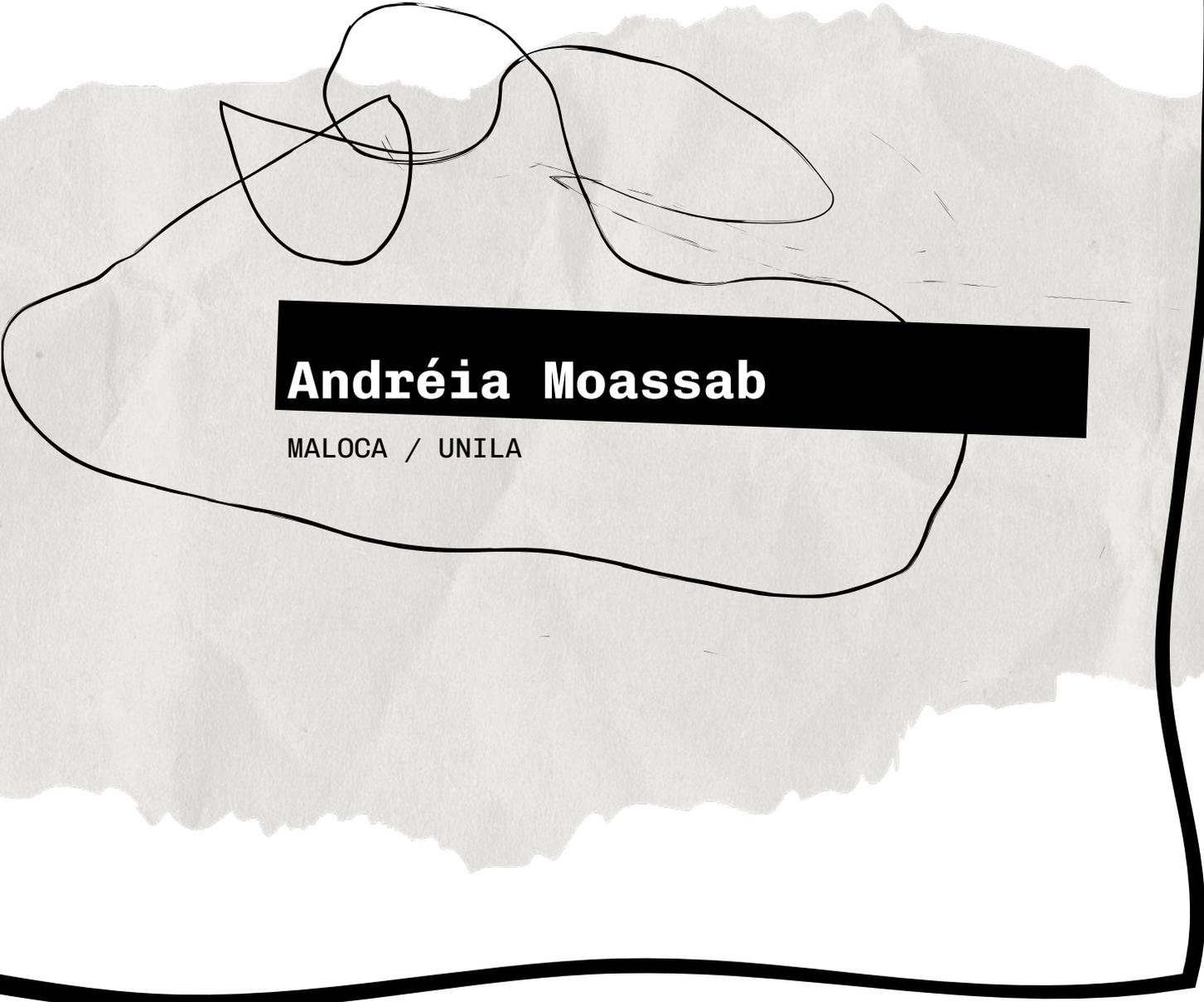


Cabo Verde entre mundos:

**território, ambiente e
narrativas em disputa**



A pair of glasses is sketched in the center of the page. A thick, hand-drawn black line starts from the top right, curves down the right side, and then loops back to the left, framing the central text and glasses. The background is a light gray, textured area that looks like torn paper.

Andréia Moassab

MALOCA / UNILA

Cabo Verde entre mundos: território, ambiente e narrativas em disputa

Resumo

Das representações invisibilizadas nos mapas coloniais à subalternização na produção de sentidos na atualidade, este texto discorre sobre as dificuldades dos países pobres em alçar sua autonomia, em suas múltiplas faces, na geopolítica internacional. Da dominação colonial à sujeição ao capital internacional, do ponto de vista dos países africanos, só foram alterados, quando muito, os atores dominantes. Porém, permanece a relação de opressão. A manutenção da excessiva influência do Norte nos países do Sul (não casualmente, antigas colônias) em termos econômicos, políticos e culturais, o que perpétua a lógica colonizadora. Propondo um debate a partir do desgastado termo “sustentabilidade”, o texto avança a partir dos mapas, com a Europa no centro, para o discurso ambientalista construído pelos países ricos. Mantendo a centralidade da produção de sentido no Norte Global, tais países seguem impondo suas perspectivas a realidades geo-históricas bastante distintas. Contudo, Cabo Verde tem se esforçado para se posicionar criticamente nesse contexto, como mostram alguns trabalhos artísticos recentes, com destaque, aqui, para *Cape Verde Social [un] Sustainability*, de 2010, do coletivo XU, e, uma década depois, *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, do projeto *Storia na Lugar*. Ambos expõem o modo como grupos econômicos internacionais, no mundo todo, deflagram uma forte concorrência para acessar a recursos primários necessários à industrialização e ao consumo, solapando territórios e comunidades nos países pobres. Em paralelo, um largo contingente populacional permanece sem atendimento de suas necessidades básicas, numa geopolítica bastante evidente: é nos países pobres que estão os maiores impactos ambientais provocados pelo capitalismo.

Palavras-chave: Cabo Verde, África, identidade, mapas, sustentabilidade

Cabo Verde entre mundos: territorio, medio ambiente y narrativas en disputa

Resumen

Desde las representaciones invisibilizadas en los mapas coloniales hasta la subalternización en la producción de significados de la actualidad, este texto discute las dificultades de los países pobres para aumentar su autonomía, en sus múltiples dimensiones, en la geopolítica internacional. De la dominación colonial a la sujeción al capital internacional, del punto de vista de los países africanos, sólo cambió, se mucho, los actores. Sin embargo, la relación de opresión permanece. Mantener la influencia excesiva del Norte en los países del Sur (no casualmente, antiguas colonias) en términos económicos, políticos y culturales perpetúa la lógica colonizadora. Proponiendo un debate desde el desgastado término “sostenibilidad”, el texto avanza desde los mapas, con Europa en el centro, hasta el discurso ambiental construido por los países ricos. Manteniendo la centralidad de la producción de sentidos en el Norte Global, estos países siguen imponiendo sus perspectiva sobre realidades geohistóricas muy diferentes. Sin embargo, Cabo Verde se ha esforzado por posicionarse criticamente en este contexto, como lo demuestran algunas obras artísticas recientes. Este es el caso de *Cape Verde Social [un] Sustainability*, de 2010, por el colectivo XU, y, una década más tarde, *Agua(s), Producción de Territorios e Imaginarios*, del Proyecto *Storia na Lugar*. Ambos exponen cómo los grupos económicos internacionales de todo el mundo desencadenan una fuerte competencia para acceder a los recursos primarios necesarios para la industrialización y el consumo,

recortando territorios y comunidades en los países pobres. Paralelamente, un gran contingente de la población sigue sin tener cubiertas sus necesidades básicas, en una geopolítica muy evidente: es en los países pobres donde se encuentran los mayores impactos ambientales causados por el capitalismo.

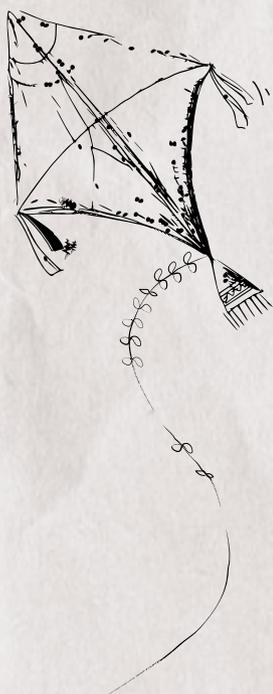
Palabras clave: Cabo Verde, África, identidad, mapas, sostenibilidad.

Cape Verde between worlds: territory, environment and narratives in dispute

This text discusses the difficulties of poor countries in increasing their autonomy, in their multiple faces, in international geopolitics, which occurs from the not visible representations in colonial maps to the subalternization in the production of meanings today. Also, from African countries' perspective the colonial domination as well as subjection to international capital nowadays, only the actors, at most, changed. However, the oppressive relations remain. The colonizing logic persists through the excessive influence of the North in the southern countries (not casually, former colonies) in economic, political and cultural terms perpetuates. Proposing a debate from the worn term "sustainability", the text advances from the maps, with Europe at the center, to the environmental discourse built by rich countries. In other words, the meaning production remains in the Global North, imposing its perspective on very distinct geo-historical realities. However, Cape Verde has made an effort to position itself critically in this context, as shown by some recent artworks, as *Cape Verde Social [un] Sustainability*, by the collective XU, and, *Hacking (the resort): Water Territorialities and Imaginaries*, by the Project *Storia na Lugar*. Both expose how international economic groups around the world trigger strong competition to access the primary resources needed for industrialization and consumption, in a race that slashes territories and communities in poor countries. In parallel, a large population in these countries remains unmet by their basic needs, in a very evident geopolitics: it is in poor countries that the greatest environmental impacts caused by capitalism are to be found.

Abstract

Keywords: Cape Verde, Africa, identity, maps, sustainability



O mapa mente

O mapa mente. A geografia tradicional rouba o espaço, tal como a economia imperial rouba a riqueza, a história oficial rouba a memória e a cultura formal rouba a palavra

Eduardo Galeano

O escritor uruguaio Eduardo Galeano definiu taxativamente o mapa como uma mentira em seu livro *De pernas para o ar* (2009). Apesar de quaisquer atenuantes à tal assertiva, de fato, os mapas enquanto sistemas semióticos são representações seletivas, que constituem um discurso sobre a realidade. O achatamento necessário para ordenar em duas dimensões espaços e territórios multidimensionais acaba por triar dados segundo critérios político-ideológicos: os mapas delimitam e nomeiam, incluem e excluem, unem e separam. Dito de outra forma, os mapas produzem discurso, atribuem sentidos e constroem realidade.

Para os e as habitantes da Mesopotâmia, o rio Eufrates estava no âmago do mundo, como mostra a carta de Ga-Sur, primeiro mapa conhecido, datado de 2.300 a.C. Na idade média, o mapa TO reduz o planeta a três continentes — Ásia, Europa e África —, circunscritos pelo oceano, com Jerusalém ao centro e o paraíso na parte superior, coincidente com o "orientes" (RODRIGUES, 2005; LESTER, 2009)¹. Ao mesmo tempo, o mapa TO consistia, claramente, numa representação teológica do mundo conhecido. Estes *mappae mundi*² eram "desenhados para instrução e contemplação espirituais. Eram objetos devocionais, orientações sobre a divina ordem cósmica das coisas" (LESTER, 2009, p. 50), mais do que um guia sobre territórios.

**L
A
J
E**

v.2 n.2
p. 274-307
2023

ISSN: 2965-4904

Ao contrário, na era das navegações, a empreitada colonial impulsiona as ciências cartográficas, com o imperativo de controlar os territórios e mares conquistados e por conquistar. É nesse período que Gerardo Mercator³ propõe uma projeção cartográfica que até hoje constrói o imaginário dominante sobre o mundo: a Europa está no centro e a distorção da massa territorial dos continentes faz com que a África pareça menor do que é, enquanto a Europa, parece maior (RODRIGUES, 2006). Neste jogo imposto de centralidade, cria-se a periferia e os países periféricos, engrandece-se o Norte e diminui-se o Sul. Embora haja uma justificativa matemática para tal distorção, ela é efetivamente uma escolha política. A difundida projeção de Mercator revela o quanto os mapas são ideologicamente delimitados e constituem instrumentos de poder. Nos últimos séculos, a representação dos territórios serviu ao poder colonial e ao imperialismo, com fins militares e expansionistas, a serviço do capital.

É justamente com a consolidação do capitalismo que a cartografia, enquanto campo disciplinar, se consolidou no século XIX, sob os auspícios da ciência positivista, quando o ato de mapear e os mapeamentos alçam definitivamente o valor de "verdade", ainda que constituam sempre representações parciais sobre dado território. À naturalização simbólica de escolhas políticas escamoteadas pelos regimes de verdade da ciência, da cultura, da arte e da mídia temos vindo a designar de "fascismo simbólico"⁴ (MOASSAB, 2011a). Trata-se de um regime desigual de produção de sentidos: o fascismo simbólico se apresenta em meio a sociedades democráticas, porém há uma total ausência de negociação na produção de sentidos, ou seja, a parte hegemônica da sociedade impõe seus valores e impede um lugar de fala a determinados grupos subalternos (ibidem). Os mapas, sob esta ótica, são vetores de imposição simbólica, produzindo existências e, sobretudo, não-existências⁵.

No que se refere ao continente africano, os mapas homogeneizam as suas diferenças, invisibilizam suas particularidades e exotizam seus fenômenos e populações, sempre numa relação de inferioridade em relação ao Norte global. Como um permanente dispositivo de opressão e controle, os mapas para o continente africano têm sido dos principais entraves para a permanente dificuldade de cooperação entre os Estados Nacionais. O mapa d'África teve suas fronteiras arbitrariamente desenhadas numa operação de gabinete para atender aos interesses imperialistas, sem respeitar as realidades étnicas ou geográficas locais, o que Tiken Jah Fakoly, músico da Costa do Marfim, nos versos de *Plus rien ne métonne*, sintetiza bastante bem:

Eles partilharam a África sem nos consultar / Eles ficam surpresos que somos desunidos! / Parte do império Mandinga se encontra com os Wolof / Parte do império Mossi está no Gana / Parte do império Soussou se encontra no Império Mandinga / Parte do império Mandinga se encontra com os Mossi / Eles partilharam a África sem nos consultar / Sem nos perguntar, sem nos avisar! / Eles partilharam o mundo / Nada mais me surpreende (FAKOLY, 2004, tradução livre da autora)⁶

Fakoly se refere à partilha da África ocorrida na Conferência de Berlim (1884 – 1885), quando foram delimitadas, a partir da Europa, as atuais fronteiras entre os países africanos, que separam artificialmente grupos humanos pertencentes a mesmas etnias, unindo, não raro, grupos inimigos. A Conferência estabeleceu as bases legais — dentro de um arcabouço jurídico europeu, diga-se — para a conquista do continente, com a manutenção das fronteiras impostas pelas potências europeias (HERNANDEZ, 2005), o que foi pouco debatido, igualmente, pelos movimentos de independência, quase um século depois (ibidem). Na obra "Scramble for Africa", de 2003, Yinka Shonibari, em consonância com Fakoly, apresenta ironicamente este momento. O artista nigeriano coloca ao redor de uma robusta mesa de madeira, "pessoas" sem cabeça, as quais se sentem absolutamente à vontade (e com poder) para negociar a partilha do continente entre si. Estas figuras acéfalas vestem os pesados trajes europeus da época, porém, feitos com os coloridos tecidos africanos⁷.

Com o estabelecimento arbitrário e à revelia das fronteiras destes novos países, após a independência, no século seguinte, foram e têm sido comuns revoltas separatistas e golpes de Estado, que terminaram por instaurar ditaduras, cujas tensões permanecem atuais, como é o caso da República Democrática do Congo, Chade, Etiópia, República Centro-Africana e Sudão, para citar somente alguns. Este último, inclusive, passou por um golpe militar, em finais de outubro de 2021, enquanto finalizo este texto.⁸

No caso específico da colonização portuguesa em África, é digno de menção, o "mapa cor-de-rosa" (Fig. 1), como ficou conhecido o mapa a representar a pretensão de Portugal sobre os territórios da África Austral, ligando Angola a Moçambique, sobre o que hoje são Zâmbia, Zimbábue e Malawi, o que colidiu diretamente com os interesses ingleses em ligar o Cairo, no Egito, à Cidade do Cabo, na África do Sul. O mapa cor-de-rosa estremeceu as relações luso-britânicas naquele período de redefinição geopolítica (CHARLES; SÁ, 2011), constituindo, um dos principais motivos para a realização da Conferência de Berlim (HERNANDEZ, 2005).⁹

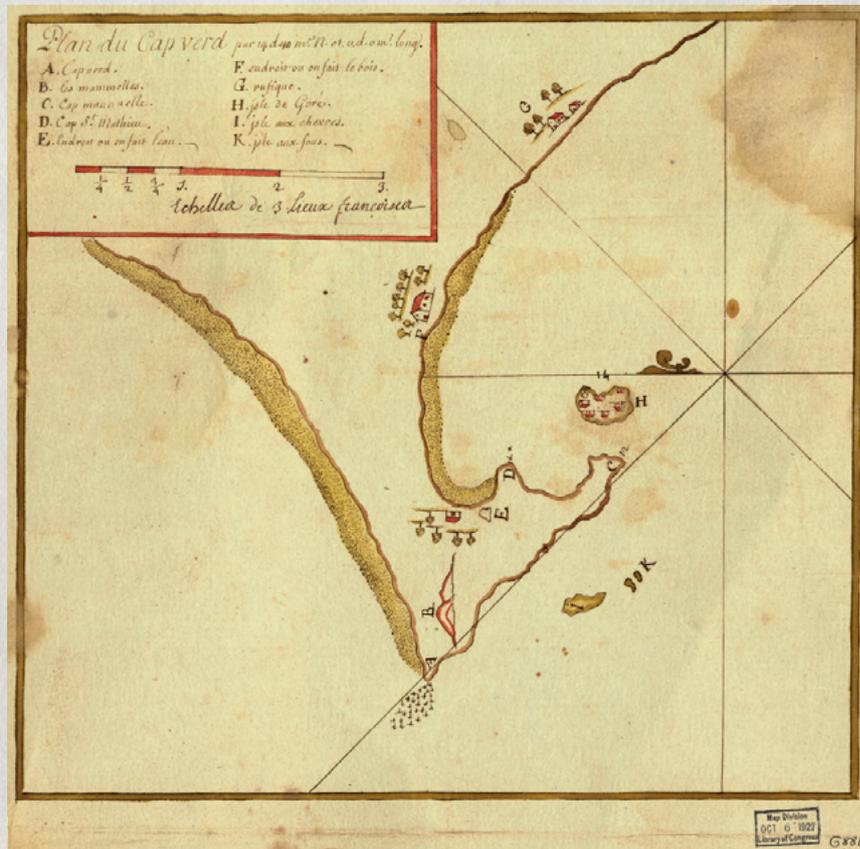
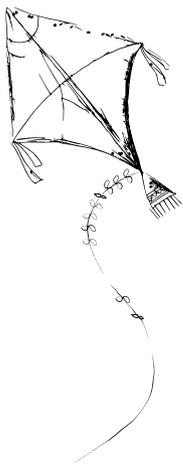


Figura 1. Cabo Verde e Gorée, mapa do século XVIII, orientado com o oeste na parte superior. Fonte: Library of Congress, Geography and Map Division.

Cabo Verde, por sua vez, nem sempre aparece nos mapas, seja pelo seu tamanho diminuto, seja pelo histórico desinteresse geopolítico nas ilhas, que não conta com os recursos naturais disputados nem pelo colonialismo tampouco pelo imperialismo. Um dos primeiros mapas modernos a apresentar o arquipélago remonta, provavelmente, à primeira metade do Século XVIII, encomendado pela França à Real Escola de Navegação da Espanha (BIBLIOTECA DO CONGRESSO, s/d). Não será fortuito o fato do mapa se destinar a marcar o centro de comércio de escravizados, juntando Cabo Verde à ilha de Gorée, no atual Senegal, a qual viria a ser considerada Patrimônio Histórico Mundial da UNESCO, em 1978. Apesar de mais rente à África, nem sempre será esta a representação dominante do país. O arquipélago ainda deambula conforme os ventos e as marés políticas, ora aproximando-se da Europa (como nas últimas décadas), ora do continente africano (nos anos pós-independência). Para entender esta dança cartográfica e identitária na produção de sentidos, é necessária uma breve contextualização, em especial, do lugar de Cabo Verde no regime colonial.



Uma identidade à deriva?

Cabo Verde está situado em meio ao oceano Atlântico, entre Brasil e África, nas proximidades da costa do Senegal. O país é formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas. A população de quase 500 mil habitantes observou pequeno decréscimo em 2021 com relação ao Censo de 2010, em particular, com uma acentuada diminuição da população feminina e de jovens com menos de 24 anos (INE, 2021). A carência de recursos naturais em simultâneo aos ciclos de seca profunda tem historicamente expulsado grande parte da população para a diáspora. Hoje em dia, está estimado em um milhão o número de caboverdianos e caboverdianas morando no exterior, o equivalente ao dobro da população nacional residente nas ilhas. As remessas de emigrantes correspondem a cerca de 20% do PIB, tendo vindo a atingir novos recordes a cada ano, conforme dados do Banco de Cabo Verde (BCV, 2021).

Vale assinalar que até 1975, Cabo Verde estava sob domínio de Portugal. O colonialismo marcou profundamente a história do continente africano, deixando traços indelévelis nas suas estruturas e organizações sociais. De destacar que a colonização portuguesa foi das mais longas no continente, com presença desde meados do século XV até a segunda metade do século XX. Diferente da ocupação das Américas, que ocorreu em simultâneo à chegada dos europeus ao continente, nos primeiros séculos de navegação atlântica pela costa d'África, apenas a faixa litorânea — tanto do Atlântico quanto do Índico — foi ocupada. É somente com as independências nas Américas, no século XIX, que os interesses geopolíticos se deslocam mais acentuadamente para a África, com intenções de dominação do território. Num contexto distinto daquele que levou à ocupação territorial nas Américas, a partilha da África pactuada na Conferência de Berlim formaliza a nova geopolítica mundial, já com avanço da industrialização, suas exigências de matérias-primas e despontamento de outras potências como França, Alemanha e Grã-Bretanha, que tensionariam com Portugal o seu pretensão "direito" sobre a África (CHARLES; SÁ, 2011). Ao perder espaço na disputa dos territórios, em finais do Século XIX e início do XX, Portugal faz diversas campanhas de ocupação do que hoje são Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Cabo Verde, até meados dos anos de 1970, no conjunto dos países africanos de língua portuguesa,¹⁰ ocupou um lugar de distinção no regime colonial. A singularidade caboverdiana reside, por um lado, em menor controle do território por parte das políticas coloniais, ao contrário, por exemplo, de Angola e Moçambique; a ausência de vigência do Estatuto do Indigenato¹¹; e em não vivenciar, em seu território, a guerra

pela independência. Por outro lado, o abandono total da população sem quaisquer investimentos em infraestruturas, acompanhado de um discurso reforçado acerca das mazelas climáticas (o país é ciclicamente assolado por severos períodos de seca), resultou numa aceitação praticamente passiva das condições desiguais de acesso à terra, situação não contestada e tampouco revertida com a independência. Passadas quase quatro décadas da desvinculação político-administrativa de Portugal, o modelo de ocupação do território no país pouco alterou o padrão moderno-colonial de organização, que sempre foi prerrogativa dos colonizadores, concentrando "a propriedade nas mãos de um número reduzido de colonos brancos e de um número menor de mestiços cabo-verdianos" (FURTADO, 1993, p. 28). Ou seja, é mantido o padrão excludente de acesso à terra, com uma política pautada pelos grandes empreendimentos imobiliários e pelas multinacionais que têm aportado no país nas últimas décadas, consolidando a terra como um mecanismo de concentração de riqueza.

Ademais, a consolidação de um Estado com poucos recursos naturais enfrenta imensas dificuldades, sendo amplamente amparada por ajuda internacional e pela remessa dos e das emigrantes a familiares. A dependência externa em adição a um acelerado processo de urbanização e desemprego estrutural acaba por caracterizar boa parte dos países africanos, da qual Cabo Verde não é exceção. Inclusivamente, é de referir, como já debatemos em outras partes (MOASSAB, 2011b) que o modelo colonial português não privilegiou a qualificação dos recursos humanos em suas colônias: "apesar de mais de quatro séculos nas terras 'conquistadas', os portugueses não se mostraram preocupados com as 'realizações educativas'" (NEVES, 2008, p. 45, aspas no original). A tradição educacional nas colônias portuguesas sempre tendeu para o envio dos estudantes à metrópole, o que reforçou o abismo social entre a pequena elite educada e o resto da população. Esta elite letrada constituiu o principal grupo mediador entre os nativos e as autoridades metropolitanas, a partir do século XIX, tendo tido um papel fundamental na ideação "da identidade cabo-verdiana enquanto algo essencial ao conjunto das ilhas" (ANJOS, 2002, p. 27).

Mais do que contestar o regime colonial, a identidade constituída na viragem dos séculos buscava afirmar um regionalismo específico à Cabo Verde dentro do império português. Ancorada na construção da mestiçagem, a base identitária cabo-verdiana corroborava do discurso ideológico do fascismo português (ibidem, p. 101), ocultando a violência colonial racista e facilitando, internamente, a ocupação de posições privilegiadas na estrutura social pelos mestiços letrados. Nesse contexto, tanto a

questão identitária se torna extremamente complexa quanto mais facilmente há uma assimilação do pensamento elaborado na metrópole, ou hodiernamente, no Norte.

Portanto, do ponto de vista dos países africanos, sob dominação do norte global nos últimos cinco séculos, o período contemporâneo só fez mudar os atores dominantes. Porém, prevalece inalterada a relação de subalternidade. A manutenção da excessiva influência do norte nos países do sul (não casualmente, antigas colônias) em termos econômicos, políticos e cultural perpétua a lógica colonizadora. A forte pressão da agenda internacional sobre os governos africanos, tanto por parte das distintas agências multilaterais como pelas empresas, é uma das faces hodiernas da dominação.

Note-se que o primeiro período pós-independência (1975 – 1992) foi marcado pela construção nacional e consolidação do novo país, com um sistema de partido único. Igualmente, a soberania nacional era um dos fundamentos do novo país, atestado com a sua inserção durante a Guerra Fria, no bloco de países não-alinhados, logo em 1975. A abertura para o multipartidarismo, ocorrida na reforma constitucional de 1992, ocorre em concomitância ao internacional avanço do capitalismo neoliberal. Nessa esteira é realizada uma das primeiras privatizações no país, em 1999. A Electra, companhia de energia elétrica, vende 51% de suas ações às empresas portuguesas EDP- Electricidade de Portugal, S.A. e IPE - Águas de Portugal SGPS!¹² Aparentemente, a soberania e o não-alinhamento perderam força enquanto identidade política com a rápida adesão à economia de livre mercado, preconizada pelo Consenso de Washington, de 1989, que significou a consolidação do capitalismo neoliberal.¹³

É a partir desse período que o país atrela ainda mais sua economia a investimentos estrangeiros, nos mais diversos setores. Em especial, há uma intensa aposta no setor turístico, sob o viés do turismo de massa, e um empenho, à vista disso, em “vender” internacionalmente uma imagem de país “exótico”, uma espécie de “pseudo-África” ou “pseudo-Europa”, como um destino de praia e sol (MOASSAB, 2012) rememorando (ou continuando), de algum modo, o “lusotropicalismo” dos anos de 1940 (BARROS, 2010).

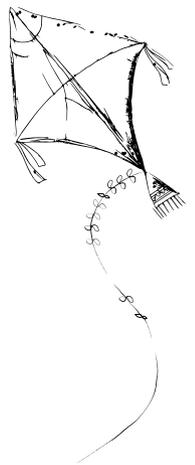
Atualmente, a atividade turística representa 25% do PIB e movimenta quase 40% da economia caboverdiana, segundo dados recentes do Banco Mundial (2021)¹⁴. Não obstante, o desenho do território decorrente do turismo de massa denota as contradições que acompanham o aumento do PIB: enclaves internacionais formados por resorts estrangeiros impactam enormemente as ilhas do Sal e Boa Vista. Estes territórios têm sido regulamentados justamente para facilitar o “consumo do espaço” (FIEDLER, 2008, p.08). Por meio de cooperações multilaterais, os planos de

ordenamento do território adotaram como estratégia reservar grandes áreas para o aproveitamento turístico, denominadas ZDTIs (zonas de desenvolvimento turístico integral), onde estão os principais resorts do tipo "all-inclusive" (MOASSAB, 2012; 2013), nos quais turistas têm acesso abundante à água, enquanto o restante da população destas ilhas continua a viver precariamente.

Esta disparidade foi denunciada no trabalho *Cape Verde Social [un]Sustainability*, realizado em 2011, pelo coletivo XU, e, também, na intervenção *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, do projeto Stória na Lugar¹⁵, para a 17ª Exposição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza, ocorrida em 2021. Com uma década de distância, ambos demonstram o modo como grupos econômicos internacionais deflagram uma vigorosa concorrência para acessar os recursos primários necessários à industrialização e ao consumo.

Em outras palavras, a despeito do aporte significativo para o PIB nacional, os custos dos enormes impactos territoriais e sociais dos grandes empreendimentos turísticos não têm sido computados adequadamente, tais como a urbanização acelerada, a sobrecarga da infraestrutura urbana, a concentração de renda e a fragilização identitária. Estes empreendimentos têm implicações de diversas naturezas, desde impactos espaciais e ambientais a culturais, consolidando um mecanismo de concentração de riqueza, dominado por grupos estrangeiros conectados a uma elite nacional, e, em paralelo, materializam vincadas contradições identitárias. Entre o ser "africano" e o desejo "europeu" (BARROS, 2022), é revelada uma subalternidade discursiva exposta tanto na ocupação do território quanto na arquitetura produzida nas últimas décadas.

O turismo de massa, por conseguinte, vem fabricando um país no qual batucadeiras¹⁶ e ritmos latinos são homogeneizados em shows realizados nos palcos de "estilo neo-bizantino" dos resorts. A arquitetura destes hotéis é bastante reveladora deste pastiche cultural: cúpulas árabes misturam-se a máscaras africanas, nivelando, por meio da arquitetura, perspectivas históricas e temporais distintas. Este achatamento colabora deliberadamente para o esvaziamento político característico do "multiculturalismo", a lógica cultural do capitalismo (ŽIŽEK, 2006), interferindo diretamente na construção dos desejos, os quais tendem a superestimar o que é de "fora" ou "estrangeiro", em detrimento de valores locais. Entretanto, este "estrangeiro" valorizado, copiado e desejado é o branco europeu, em contraposição ao pejorativo termo "imigrante" ou "mandjaku", utilizado para designar estrangeiros negros originários da costa africana.



Ou seja, há uma profunda racialização identitária (ROCHA, 2009), na qual o caboverdiano busca afastar-se do negro africano. Esta cisão com o continente foi, de certo modo, "imposta" pelas estratégias usadas pelos portugueses para distanciar o ilhéu das raízes africanas e aproximá-los da matriz europeia (ELLERY, 2009). Na mesma direção, é construída a "caboverdianidade", uma identidade forjada nos tempos da colônia, a partir das elites, majoritariamente formada pelos "brancos da terra" escolarizados, ou seja, a elite intelectual (ANJOS, 2000).

Não é menos relevante, outrossim, o fato do caboverdiano ter ocupado postos de comando na administração das colônias. Como uma espécie de "capataz" da metrópole, ao caboverdiano foi designado desde sempre um lugar de distinção na hierarquia colonial. Destarte, há a "construção de um imaginário de superioridade que se considera ter sido criado e difundido pelo colonizador e, posteriormente, reforçado pelas elites intelectuais caboverdianas, que passaria a atingir todos os 'palopianos'"¹⁷ (ELLERY, 2009, p. 77, aspas no original). É esta mesma elite, sobretudo através da literatura, que constrói simbolicamente a caboverdianidade ou a "crioulidade" (ANJOS, 2000; BARROS, 2009): num discurso acerca de uma suposta harmonia na mistura de raças, com origem ideológica nos escritos do brasileiro Gilberto Freyre, base da intelectualidade cabo-verdiana, há muito problematizados no Brasil.

Além disso, o discurso colonial colaborou enormemente para a construção da caboverdianidade ou do "mito da especificidade caboverdiana" (BARROS, 2009), este mecanismo que diferencia hierarquicamente Cabo Verde dos demais países africanos, como um meio para comprovar o "sucesso" da ação colonizadora portuguesa nos trópicos, tão bem sucedida, que para muitos o arquipélago seria um prolongamento da metrópole (ibidem). Entenda-se que subjaz a esta ideia uma aproximação dos valores europeus, ainda que sob o arcabouço de "tropical" ou "crioulo", em detrimento de uma "África selvagem" cada vez mais longínqua.

Politicamente, o país parece adotar, nos dias de hoje, o mesmo rumo. A retórica impregnada na parceria especial com a União Europeia evidencia a polaridade subalterna desta relação (BARROS, 2022). Outras delimitações de pertença do arquipélago, como por exemplo, a "invenção" da Macaronésia¹⁸ ou do espaço Atlântico, similarmente repelem a proximidade continental com a África, mirando, não por acaso, à antiga metrópole (ibidem). A gramática do território e das novas construções materializa esta fratura identitária entre o desejo de ser Europa e a impossibilidade de sê-lo. O argumento da integração utilizado para justificar a parceria especial com a União Europeia tem alicerces evidentes no regime colonial quando Portugal destacava Cabo

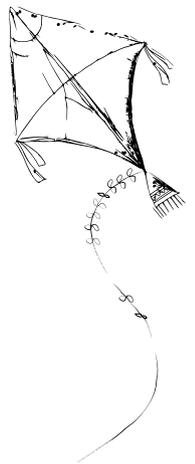
Verde ante os demais países africanos, diferenciado pela sua "população civilizada", ou ainda, quando, no Estado Novo¹⁹, as ilhas eram representadas pela propaganda colonial como "Portugal desterrado" e "Portugal Crioulo" (ibidem).

Por fim, mesmo que geograficamente fixado na costa africana, o país, ou melhor, as representações sociais do arquipélago, dos mapas à arquitetura, ainda deambulam para lá e cá, conforme as marés. É imperioso notar que tanto a mercantilização do território quanto a fragilização identitária, com a excessiva valorização do "estrangeiro" são produtos de um mesmo processo de inserção subordinada do país numa agenda de desenvolvimento definida por agências internacionais, cujas origens remontam às especificidades de Cabo Verde no regime colonial.

A invenção da sustentabilidade

De mesmo modo que o "mapa mente", como afirmou Eduardo Galeano (2009), alguns termos e conceitos concebidos no norte global, em acordo com a sua especificidade e interesses, têm sido impostos a outros contextos geo-históricos, configurando uma ampla e complexa performance do "fascismo simbólico". Embasados sob regimes de verdade da ciência, estes conceitos têm criado mais problemas e demandas do que colaborado para construir reflexões e soluções adequadas para os países pobres. Este é o caso, das designações "bairros problemáticos/ilegais/irregulares", imersas em juízos de valor no qual o "bom" e "correto" nunca é a realidade do continente africano. Ou, então, do conceito de "sustentabilidade", que nos toca explorar neste texto. O discurso ambientalista corrente, ao contrário de apontar para uma preservação socioambiental, tem contribuído para criminalizar o uso de recursos naturais em contextos cujo acesso a direitos básicos está muito aquém do mínimo requerido para uma vida digna.

O aumento do consumo tem acarretado enormes pressões sobre o ambiente, que se materializam distintamente em cada território. O impacto ambiental, a exploração e as condições precárias de trabalho são próprias do capitalismo, que opera como detentor do direito de dominação tanto da natureza quanto da classe trabalhadora. A destruição da natureza, implícita no modelo produtivo capitalista, tem atingido de maneiras extremamente diversos países e comunidades. Frequentemente, os crimes ambientais, as contaminações, os trabalhos insalubres e degradantes estão nos países pobres de população não branca, como é o caso da criminosa atuação da Shell na



Nigéria²⁰; do descarte de lixo eletrônico europeu no Gana²¹; da extração de cobalto e do coltan na RDC— matéria-prima dos "sustentáveis" carros elétricos e dos smartphones —²²; da pesca criminosa e predadora nas águas de Cabo Verde²³; sem mencionar, o uso dos oceanos que banham a África, sobretudo a Somália, como "cemitérios" de lixo nuclear dos países do Norte²⁴. O usufruto da natureza está direcionado para bens de consumo dos países ricos, brancos — a partir da extração da riqueza natural dos países pobres, não brancos. Tal divisão delimita uma evidente "geopolítica do racismo ambiental". Em adição, no interior desta desigualdade ambiental, há que se mencionar a desigualdade de gênero: na maior parte das vezes são as mulheres (e crianças) suas maiores vítimas.

Dito de outra forma, enquanto grandes grupos econômicos deflagraram uma concorrência contundente para acessar a matéria-prima exigida à produção industrial, um grande contingente populacional no mundo permanece sem atendimento de necessidades vitais, como o acesso à água potável e energia elétrica, como é o caso de Cabo Verde. Portanto, a natureza é "transformada em recurso para a acumulação capitalista e é reproduzida em bens de consumo, duráveis ou não" (ALIER, 2007, p. 9). Na peleja pelos recursos naturais, a questão econômica tem subjugado as demais, como se fosse a única válida para alçar o "desenvolvimento", o qual, por sua vez, também é definido a partir de critérios estabelecidos pelo Norte.

O economista Joan Alier distinguiu didaticamente em seu livro *Ecologismo dos Pobres* (2007), três principais correntes do ambientalismo, que apesar de distintas entre si, advogam pela preservação da natureza: culto à vida silvestre (respaldada pela biologia conservacionista); ecoeficiência (respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental); e justiça ambiental (os pobres como principais atores dos conflitos ambientais). É no culto ao silvestre que se inscreve toda a política de preservação ambiental que visa a criação de áreas protegidas, pautada pelo conservacionismo biológico com a sacralização da natureza, o que só é possível em realidades cujas necessidades materiais básicas já foram satisfeitas, como Estados Unidos, alguns países da Europa e Japão. Ao contrário, a ecoeficiência tem uma visão utilitária da natureza — não a sacraliza, mas retira-lhe toda a noção de sagrado, tão cara a diversas culturas. Inserida no marco capitalista, a ecoeficiência se preocupa em "corrigir" os impactos da produção de bens, não exatamente em estancar, diminuir ou questionar tal produção. Os receituários ambientais hegemônicos transitam, usualmente, entre uma e outra, influenciando os planos de conservação e de desenvolvimento dos

países sem tomar em conta as pessoas e as culturas locais, que se tornam entraves às "boas políticas" de preservação ou manejo sustentável.

Por último, é a perspectiva da justiça ambiental, aquela a considerar a natureza como fonte de condição para a subsistência, tanto de demais espécies e futuras gerações de humanos e humanas quanto pelas pessoas pobres e seres vivos de hoje. Conseqüentemente, este é o "ecologismo dos pobres", que não pode prescindir do debate social, que se recusa a aceitar o desenvolvimento econômico conforme preconizado pelo Norte, a fazer do Sul o provedor de matéria-prima e local de descarte dos despojos dos países ricos. Os impactos daí gerados "não são solucionados pelas políticas econômicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, atingem desproporcionalmente alguns grupos sociais" (ibidem, p. 34). Quando conscientes das armadilhas do debate sobre "sustentabilidade" ou "desenvolvimento", estes grupos protestam e resistem.

Portanto, não são apenas os mapas a "mentir", como afirmou Galeano. Toda a produção de sentidos oriunda da modernidade-colonial-capitalista assume sorrateiramente um lado — o dos mais ricos. O que evidenciamos, nesse texto, a partir da problemática do discurso ambiental amparado pelo desenvolvimento sustentável, cujas origens remontam às Nações Unidas. Desde a sua criação, principalmente por meio da UNESCO, a ONU tem demonstrado preocupações ambientais, passando a chamar atenção, desde os anos de 1970, para a "crise socioambiental". Todavia, estas agências não têm problematizado o capitalismo, que tem na exploração da natureza e das pessoas, seus princípios e sustentáculos. Neste cenário, a noção de sustentabilidade, nos mais variados espectros políticos, acaba por reproduzir um ideário liberal, que não enfrenta genuinamente o patriarcado-racista-capitalista, isto é, a opressão de gênero, raça e classe que lhe é constitutivo. Em 1987, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento publicou o documento "Nosso Futuro Comum", conhecido como "Relatório Brundtland", em homenagem à primeira-ministra da Noruega, que presidia a comissão. Além de cunhar o termo "desenvolvimento sustentável", este "futuro comum" traça uma falsa simetria na responsabilização de "todos" pelos problemas ambientais, ignorando as desigualdades inerentes à modernidade-colonial-capitalista.

Essa "invenção da sustentabilidade" acaba por impor políticas preservacionistas que muitas vezes não são coerentes a determinados contextos e podem ser extremamente violentas com populações ancestrais e locais, em geral, pouco predatórias da natureza. Em Cabo Verde, desafortunadamente, temos testemunhado parte do debate ambiental reproduzindo acriticamente a agenda das agências internacionais.



Uma das principais implicações disso — mas não a única — é a criminalização da pobreza, como acontece com as mulheres pobres na apanha da areia para a construção civil. Ao invés de amparadas pelo Estado e pela sociedade dadas suas condições de vulnerabilidade e a alta insalubridade da atividade, elas têm sido, até há pouco tempo, apontadas como responsáveis pelo impacto ambiental nas praias do país.

Castelos de areia

A falácia da sustentabilidade não está sozinha, ela é acompanhada pela ideologia do desenvolvimento (PRADO, 2020), que desde o final da II Guerra Mundial tem exercido enorme pressão sobre os países mais pobres, "atrasados" ou "subdesenvolvidos", na ótica hegemônica. Com o avanço do neoliberalismo, esta ideologia adquire novos contornos, sobretudo desde o Relatório Brundtland, e a consolidação do ideário do "desenvolvimento sustentável". No afã de se mostrarem "filhos pródigos" os países pobres seguem todo o receituário, muitas vezes por necessitarem as verbas a ele atreladas, sem se darem conta que jamais atingirão os padrões do dito "desenvolvimento" do Norte. Todavia, é, provavelmente, na direção oposta a esta agenda que reside a maior colaboração vinda do Sul para a preservação do planeta: a problematização profunda destas cartilhas.

Cabo Verde, em busca do tal desenvolvimento tem observado uma gama de projetos pontuais de intervenção urbanística nas últimas décadas, muitos dos quais feitos por empresas estrangeiras que nunca estiveram no país, apresentando propostas fantasiosas, economicamente inviáveis e de alto impacto ambiental e social²⁵. Não obstante, tais propostas são invariavelmente abraçadas pelo poder público, mídia e população locais. Todos, de um modo geral, acabam por estarem ávidos pelo "desenvolvimento", em sua acepção mais conservadora.

Hoje em dia, com maiores restrições de implantação nos países centrais, estes projetos de intervenção urbana ou desenvolvimento turístico têm encontrado terreno fértil nos países periféricos, com pouca massa crítica coesa ou vozes dissonantes capazes de alterar o este curso. Na guarida do planejamento estratégico, *city-marketing*, *city-branding* ou, na atualidade, *smart-cities*, este tem sido o paradigma de maior aceitação entre as classes dirigentes nos países pobres, com inegável adesão dos países africanos, inclusive, em trabalhos acadêmicos. Os principais objetivos destes planos são a manutenção da ordem, de modo a facilitar a ação de grupos econômicos,

sobretudo ligados à mercantilização do território, pouco interferindo na qualidade de vida e no combate às desigualdades socioespaciais.

Em Cabo Verde, o turismo, sob a égide do “desenvolvimento”, tem sido pautado pelo turismo de massa, que inclui, em seu bojo, os mega projetos, afirmando um “branding” do país como destino turístico “alternativo” (ou “exótico”), próximo à Europa, de clima ameno e com recursos naturais bem conservados. O “Plano Nacional de Desenvolvimento — PND”, de 1995, já considerava o turismo um setor estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país. Esta perspectiva é reforçada no “PND 2002 – 2005”, que demonstra nitidamente a crença no setor para mobilizar e atrair recursos econômicos. Mais recentemente, em 2018, o Banco Mundial, publicou o relatório *“Environment and Social Assessment Study of the Tourism Sector in Cape Verde.”*²⁶ Apesar de trazer o termo “social” no título e, internamente, dar alguma centralidade à “sustentabilidade”, o documento segue na mesma linha dos demais estudos oficiais, no âmbito do planejamento estratégico.

O clima de uma certa veneração do sector turístico de viés internacional, como salvaguarda do desenvolvimento nacional, somado a um entendimento do território em termos mercadológicos, tem limitado a análise dos impactos turísticos numa ótica estritamente econômica. Contudo, ao se avaliar as consequências dos empreendimentos na ocupação do território nos últimos vinte anos, é possível verificar mais aspectos negativos do que positivos: o turismo pode, no fim das contas, significar uma implosão da qualidade de vida.

Além disso, o relatório do Banco Mundial, desenvolvido por duas empresas portuguesas de consultoria, chegam, no ápice da arrogância colonial a sugerir que as autoridades de turismo em Cabo Verde “pensem na possibilidade do Turismo de Portugal, IP — a mais alta autoridade do sector nesse país — a trabalhem como entidade de certificação de algumas propostas a serem lançadas” (BANCO MUNDIAL, 2018, p. 99, tradução livre da autora)²⁷. Das mais diversas formas, podemos notar a continuidade daqueles mapas a apagar Cabo Verde e a desenhar a Europa no centro...

Em paralelo, nesse mesmo período, o bloco-cimento tornou-se o material construtivo mais amplamente utilizado em todas as regiões do país, não obstante seu fraco desempenho térmico e o elevado uso de areia na sua composição e acabamento. A mesma areia cuja apanha é feita na praia por mulheres e crianças e que consistiu numa das maiores ameaças ambientais no país até há pouco tempo — cenário que começou a ser revertido muito recentemente —, tanto por devastar as praias como

pela maior dependência externa pelo setor construtivo nacional. Outrossim, o aumento do uso do bloco-cimento é proporcional à marginalização de técnicas construtivas populares. Ambos os processos estão intrinsecamente ligados a um fator econômico, controlado pelo mercado da construção civil, por meio da ampla difusão da cultura do concreto armado, no mundo todo, ao longo do século XX.

Os efeitos são, por toda parte, paisagens áridas de casas de bloco-cimento, privadas de conforto térmico. Em Cabo Verde, esta tipologia tem avançado tanto nos ambientes urbanos, como nos rurais (MOASSAB; ANAHORY, 2022). Ademais, o ritmo acelerado de urbanização do país traz consigo um aumento da massa construída nas cidades, sobretudo com o uso do concreto. Este tipo de material em larga escala, em conjunto com a escassez de árvores e um maior número de vias asfaltadas, tende a continuamente elevar a temperatura do microclima urbano. Somado à maximização do uso dos lotes até o seu limite, em vários empreendimentos imobiliários, impedindo a ventilação entre as casas e destinando pouco espaço a jardins e quintais com plantas e árvores – como acontece na Cidadela, na Praia –, há uma tendência inequívoca de piora progressiva no conforto habitacional, no país (ver Fig 2).



Figura 2. Cidadela Series. Fonte: César Schofield, 2019. Cidadela Series, 2019, por César Schofield.

Narrativas em disputa



Alguns pesquisadores, pesquisadoras, artistas, militantes e ativistas sociais têm se posicionado criticamente no debate público caboverdiano sobre diversos temas relevantes. Escolhemos mostrar aqui dois trabalhos das artes visuais, pela afinidade que traçam com as questões do território, ambiente e sustentabilidade e, em particular, porque a arte é muitas vezes negligenciada pelos trabalhos acadêmicos, apesar do seu papel social fundamental na produção de sentidos. Em 2010, a autora deste texto, na época residente em Cabo Verde, a arquiteta Patti Anahory e o designer Salif Silva formaram o coletivo de arte XU²⁸, cujo principal trabalho – *Cape Verde Social [un]Sustainability* – tensionou as relações entre as representações sociais dos mapas, o conceito de sustentabilidade e o modelo de construção civil, todos ditados a partir do Norte. Dez anos depois, em harmonia com a proposta do XU, a água é o elemento principal da intervenção *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*, de Patti Anahory e César Schofield, apresentada na 17ª Bienal de Veneza, realizada em 2021. Ambos problematizam a mercantilização do território, fazendo emergir os impactos ambientais e sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento adotado no país, a permitir tanto os resorts turísticos no Sal e Boa Vista quanto a enaltecer o uso desmesurado e praticamente exclusivo do cimento na construção civil nacional.

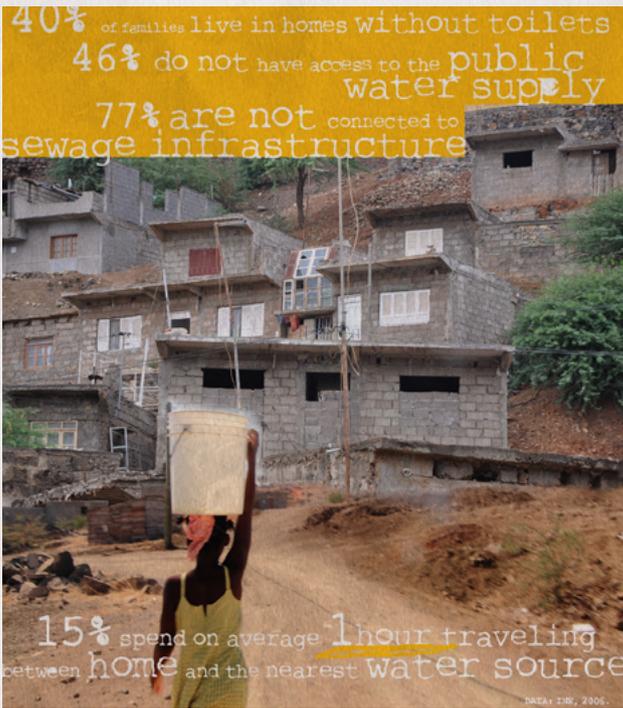
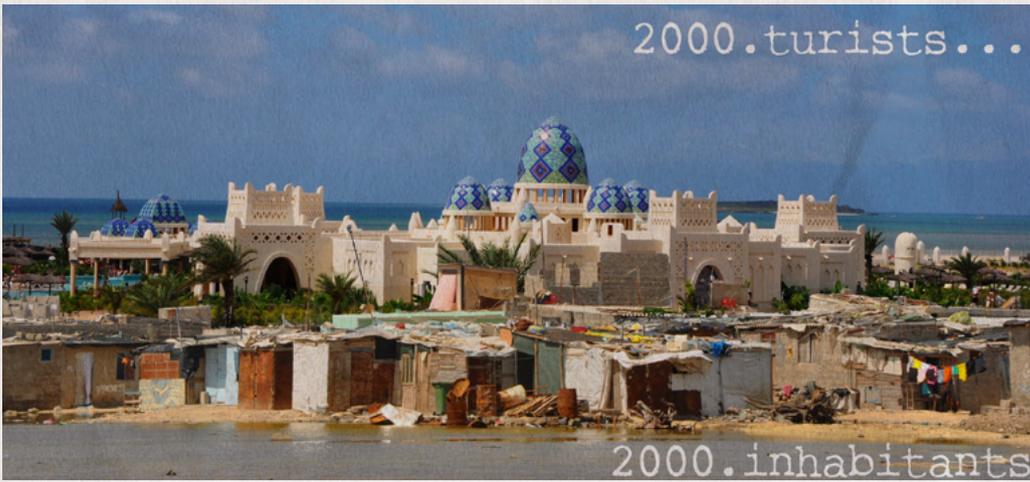
A origem do trabalho *Cape Verde Social [un]Sustainability* foi já uma contestação coletiva ao debate levado a cabo na 16.ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas — COP16, realizada no México, em 2010. A fundação Heinrich Böll, a partir da África do Sul, organizou com diversos artistas do continente uma mostra de arte digital, a *Climate Change in Africa: Africa Speaks and Connects*, que ocorreu em paralelo ao COP16, com o intuito de pautar o encontro do ano seguinte, que seria na África. A proposta do coletivo XU buscou pautar uma compreensão crítica do conceito de sustentabilidade em Cabo Verde, por meio da linguagem artística. Ao trazer à tona a questão social ocultada do conceito hegemônico de sustentabilidade, o trio procurou mostrar as contradições entre o discurso dominante da preservação ambiental, útil à manutenção do capitalismo, porém extremamente inadequado a contextos de população carenciada e de escassez de recursos naturais.

Em 2011, o trabalho foi exposto na íntegra no Palácio da Cultura Ildo Lobo, na cidade da Praia. Na ocasião, foram impressos em canvas cinco grandes painéis de fotocollagens, com cerca de 2 x 2 metros, dispostos numa sala junto aos materiais em questão nas telas: água (em balde utilizado pelas mulheres para apanhar água na fonte diariamente), lenha, areia, jorra e bloco-cimento.

As telas dialogavam, ainda, com duas projeções multimídias. Uma delas passava, de modo randômico, numa das paredes do salão de exposições, um grande número de imagens pré-selecionadas das diversas situações da apanha de areia, da apanha de lenha e da apanha de água. A outra projeção era uma plataforma interativa, na qual o público navegava pelos distintos temas numa animação que misturava fotos, dados, sons e vídeo. Fazia parte desta navegação, o vídeo *A Cinderela: sonhos, água, território e mulheres em Cabo Verde* (CAPAI; MOASSAB; ANAHORY, 2010), produzido pela jornalista brasileira Eliza Capai, em parceria com o CIDLOT – Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território da Universidade de Cabo Verde – para ser exibida na televisão brasileira²⁹. Durante o primeiro semestre de 2010, a jornalista viajou por vários países africanos em busca de histórias de mulheres nos seus territórios. Em Cabo Verde, este projeto dialogou com o CIDLOT e, em conjunto, produziram uma reflexão sobre o valor da água como estruturante do cotidiano das mulheres caboverdianas.

Num país com profunda escassez deste recurso natural, são as mulheres as grandes responsáveis pelo abastecimento de água no espaço doméstico, percorrendo o território diariamente para abastecer as suas famílias. Para o vídeo, foram acompanhadas as trajetórias de várias mulheres e meninas nesses percursos pela capital do arquipélago. Teve destaque, entre as várias histórias, aquela da pequena Wíndia, moradora do bairro Inferno, que compartilha na entrevista o seu sonho de cinderela: ter uma casa completa. A menina de onze anos conta suas memórias e desejos enquanto vai e volta com o balde de água. Na brevidade de uma reportagem, o vídeo expõe fatores essenciais para a melhoria da qualidade de vida e emancipação das mulheres em Cabo Verde: água, moradia e território.

Integrante da programação da exposição, foi organizada a mesa-redonda “Meio Ambiente, Sustentabilidade e Género”, com a presença do chefe da unidade de Ambiente, Energia, e Prevenção de Desastre Naturais das Nações Unidas em Cabo Verde, António Querido, que interligou as questões ambientais nacionais com os conceitos e regulações internacionais na matéria. Na sequência, o pesquisador António Delgado, apresentou seu trabalho “Caracterização socioeconômica das famílias que vivem da



apanha e extração de inertes na ilha de Santiago". Com um impressionante acervo fotográfico, o conferencista chamou a atenção para os impactos ambientais da apanha de areia e também para os dados sociais das famílias dependentes desta atividade, como índices de analfabetismo, precariedade nas relações de trabalho e saúde, entre outros. Por último, a antropóloga Miriam Vieira descortinou as questões de gênero inerentes às desigualdades sociais estruturais da sociedade, levando a que atividades precárias sejam na maioria das vezes realizadas por mulheres. Sem condições de estudar e com o pesado fardo de sustentar muitas vezes toda a família, é a mulher que busca alternativas econômicas, nem sempre as mais adequadas, para garantir a criação de filhos e filhas.

A exposição multimídia e suas atividades, desta forma, procuraram revelar a cadeia produtiva da construção civil, a zelar por desenhar uma "identidade do desenvolvimento" nas ilhas. Em simultâneo, o grupo mostrou as carências que levam as pessoas a trabalhos insalubres, mal remunerados e predatórios à natureza, ao invés da usual culpabilização dos mais pobres pelos impactos ambientais da apanha de areia. Igualmente em evidência, esteve a falta de acesso à infraestrutura básica da maior parte da população, dependente da apanha de água diária, muitas vezes em percursos de mais de uma hora entre a casa e o chafariz,³⁰

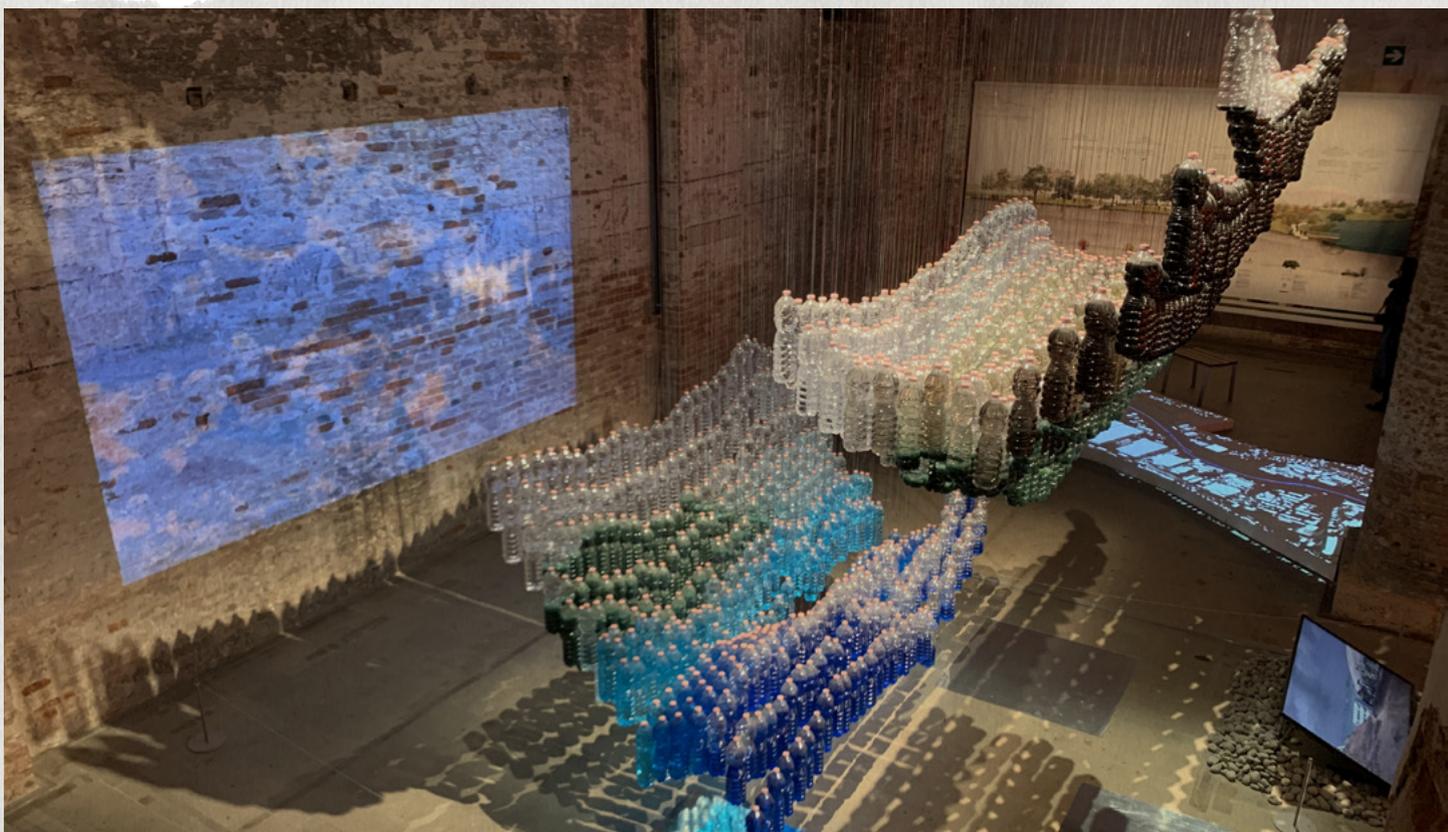
Em convergência, a água é também o elemento principal da intervenção de Patti Anahory e César Schofield, *Água(s), Produção de Territórios e Imaginários*. A dupla forma o *Storia na Lugar*, um projeto experimental, multidisciplinar de análise e documentação sobre a dinâmica da produção/construção do espaço em Cabo Verde, nos dias de hoje. Para a 17ª Bienal de Veneza, a água lhes pareceu um denominador comum a responder o tema central do evento: "como viver juntos?", não apenas por ser escassa em Cabo Verde, mas por ser fundamental para a vida.

Não obstante, a água de algum modo tem sido utilizada para "vender" a ilha de Boa Vista — uma das ilhas mais turísticas e também das mais áridas do arquipélago —, em propagandas a destacar as enormes piscinas dos resorts e o infinito horizonte de água e praia. É evidente a discrepância entre o país dos e das turistas e aquele das pessoas que ali habitam. Enquanto uns estão imersos num imaginário marítimo, de imensidão do oceano, nos oásis oferecidos pelos gigantescos hotéis, com vegetação abundante e piscinas imensas, outros e outras vivem perversamente a extrema escassez de água potável. Nessa direção, a obra mostra o contraste do "imaginário azul" de ambientes encenados de lazer e abundância para algumas pessoas, que são,

concomitantemente, espaços de emprego para trabalhadores e trabalhadoras que sofrem a referida escassez de água potável em suas casas.

Assim sendo, por meio da suspensão de garrafas PET — que funcionavam também como uma unidade a questionar o consumo e privatização da água—, a instalação propôs uma contra-narrativa sobre o azul ser a principal cor de Cabo Verde e de Boa Vista — conforme os folhetos de propaganda. Os resorts turísticos, por sua vez, foram problematizados como um microcosmo a iluminar as disparidades e atestar os padrões de consumo do sistema econômico vigente (ANAHORY apud BIENNALECHANNEL, 2021, s/p).

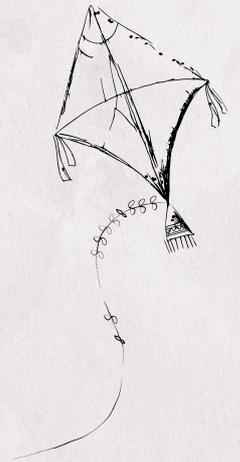
Ambos trabalhos, cada qual à sua maneira, empenharam-se em trazer a público uma compreensão mais complexa do debate ambiental, expondo por meio de linguagem artística, questões acerca do capitalismo, suas enormes pressões sobre o ambiente e sua decorrente "injustiça territorial".



Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.

Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.





Água(s), Produção de Territórios e Imaginários, 2021. Foto Patti Anahory.

O mundo é o que se vê, de onde se está

A frase do geógrafo brasileiro Milton Santos, em uma entrevista a Sílvio Tendler (2006), "o mundo é o que se vê, de onde se está", ajuda a pensar o lugar de cada um no mapa. No início deste texto mostramos que o mapa mente, diminui e subalterniza países, colaborando para fixar identidades geopolíticas em favor dos países hegemônicos. Cabo Verde, entre constar ou não constar dos mapas, foi construindo sua identidade como o vagar do oceano, ora macaronésio, ora atlântico, ora Europa, ora África, ora um "brasilin" — do lusotropicalismo vendido por Salazar. Nessa dança, muitos discursos têm sido elaborados no Norte global, tanto pela antiga metrópole como pelas atuais potências mundiais e seus interesses econômicos, em busca dos recursos naturais dos países pobres — ou no caso de Cabo Verde, da espoliação da paisagem e do território pelos resorts do turismo de massa. Nesse jogo, toda uma agenda internacional precisa ser convincente aos governos locais, que muitas vezes, sequer têm espaço para discordar, acabando por serem mais reféns, do que exatamente apoiadores dessa agenda e suas verbas, que ao fim e ao cabo, fazem falta. O engodo do "desenvolvimento sustentável", a nosso ver, tem sido das mais problemáticas a orientar diversas ações e planos de governo em Cabo Verde.

No entanto, há um esforço local em pontuar uma perspectiva crítica de tais debates, presentes em trabalhos acadêmicos, artísticos, militantes, etc. — alguns mostrados ao longo deste texto — a se contraporem às narrativas neoliberais. Ainda assim, há que se avançar, mormente no que tange à cadeia da construção civil — que não está descolada de todo imaginário do que seria uma "boa" arquitetura ou uma "cidade desenvolvida", levando a tentativas de firmar uma paisagem "civilizada" com materiais, técnicas e tecnologias construtivas que carecem de relação histórica e material com as ilhas. Isto é, a arquitetura e a paisagem, como o mapa, produzem sentido e forjam identidades, que esperamos, não fiquem muito tempo à deriva.

Há um enorme e meritório investimento pessoal da população caboverdiana em construir e reformar com fundos próprios a sua moradia, contudo, população e governo mantêm-se pautados pelo bloco-cimento, tecnologia que requer matérias-primas importadas como aço e cimento ou de alto impacto ambiental. Construções com terra, palha, pedra e outros materiais locais que foram partilhadas através da oralidade por gerações, encontram-se hoje completamente à margem da produção arquitetônica, sobretudo habitacional, compreendidas como algo menor ou sem nenhum valor social. O capitalismo moderno-colonial nos convenceu que são atrasados ou não são "desenvolvidos".

Um olhar para si e desde si, que coloque com veemência Cabo Verde no centro do mapa, pode ser empoderador e ajudar a garantir uma maior autonomia construtiva, menos dependente e mais condizente com o ambiente, por isso mesmo, sustentável. Merecem ser mais conhecidos, pesquisados e debatidos trabalhos africanos consistentes nessa direção, como é o caso do conceito de "inno-native", proposto pelo arquiteto ganês Joe Addo³¹; da pesquisa de matérias e construção coletiva dos projetos de Francis Kéré, para Burkina Faso³²; o "design for social change", do arquiteto sul-africano Luyanda Mpahlwa³³; sem esquecer, evidentemente, de Hassan Fathy (1972), que desde os anos de 1950 já vinha alertando os problemas da introdução do concreto-armado no Egito. Todos têm em comum provocar uma reflexão sobre arquitetura e natureza, menos importada e mais adequada aos contextos locais.

Em Cabo Verde, algumas experiências pontuais são dignas de maiores desdobramentos na atualidade. Este é o caso da casa na Baía das Gatas, construída na década de 1980, que utiliza domos para escoar o ar quente, extremamente apropriadas para o clima quente da ilha³⁴; da pesquisa sobre o uso da pozolana, desenvolvida pelo arquiteto Leão Lopes, utilizada em seu projeto para o Restaurante Babilônia, em Santo Antão³⁵; da opção pela madeira e pela reutilização de materiais feita pela arquiteta Eloísa Ramos, para o Aquiles Eco-Hotel, em Mindelo³⁶; do desenvolvimento do solo-cimento pelo arquiteto Cláudio Carvalho, um tijolo feito a partir do solo arenoso abundante nas ilhas, que utiliza pouquíssimo cimento na sua fabricação³⁷. Soma-se aí a tradição construtiva em palha, dos Rabelados da Ilha de Santiago, que apresenta bom desempenho térmico no interior da moradia³⁸.

Ao invés de adotar conceitos e materiais vindos de fora, há um enorme potencial para desenvolver a uma maior autonomia construtiva no arquipélago, o que, de alguma maneira, é coincidente às problematizações feitas pelo coletivo XU e Stória na Lugar. Conhecer com mais afinco e divulgar algumas das experiências e práticas arquitetônicas já existentes, pode alterar o rumo da construção civil no país, firmando identidades políticas próprias e soberanas para a arquitetura e a paisagem ilhéu, quem sabe com ventos que soprem cada vez mais para o sul e para próximo da África continental, colocando, Cabo Verde, no "centro do mapa".



Casa com domos, São Vicente, anos de 1980. Desenho de Oswaldo Freitez (2023).



Casa na comunidade Rabelados, na ilha de Santiago. Foto de Andréia Moassab, 2009.

NOTAS

1 O padrão atual, como norte para cima, seria adotado séculos mais tarde.

2 Designação dada aos mapas europeus medievais do mundo.

3 Matemático, geógrafo e cartógrafo flamengo, notório pela projeção de Mercator, um tipo de projeção cilíndrica do globo terrestre, na qual os meridianos e paralelos são planificados com base em cálculos matemáticos. Nessa projeção, a distância vertical entre dois paralelos sucessivos é tanto menor quanto mais próximos esses paralelos estiverem da linha do equador. Isto é, a superfície da Terra é deformada na direção norte-sul, tanto mais quanto maior for a latitude.

4 Boaventura de Sousa Santos propõe o conceito de fascismo social para nos auxiliar a entender esta época de relações desiguais de poder na qual sociedades politicamente democráticas podem constituir relações socialmente fascistas em seu interior (SANTOS, 2006). Para o autor, são seis formas fundamentais de fascismo social: a do apartheid social; territorial; paraestatal; da insegurança; contratual; e fascismo financeiro (ibidem). O fascismo simbólico seria uma sétima forma de fascismo social, especificamente relacionada à produção de sentidos; conceito que desenvolvi em minha tese de doutorado (MOASSAB, 2011a).

5 A partir de meados dos anos de 1970, os mapas começam a ser compreendidos como meios de comunicação e linguagem gráfica, pelos historiadores da cartografia. Em 1973, a projeção de Gall-Peters ajusta a distorção das massas continentais de Mercator, tornando mais clara a vastidão do continente africano. Nas décadas seguintes, há um profundo questionamento da objetividade dos mapas,

quando autores como Brian Harley, Denis Wood e Denis Cosgrove constituíram o campo da “cartografia crítica” (MESQUITA, 2013) que não cabe desenvolver aqui.

6 Tradução livre do original em francês: “Ils ont partagé Africa sans nous consulter / Ils s'étonnent que nous soyons désunis! / Une partie de l'empire Mandingue / Se trouva chez les Wolofs / Une partie de l'empire Mossi / Se trouva dans le Ghana / Une partie de l'empire Soussou / Se trouva dans l'empire Mandingue / Une partie de l'empire Mandingue / Se trouva chez les Mossis / Ils ont partagé Africa sans nous consulter / Sans nous demander, sans nous aviser! / Ils ont partagé le monde Plus rien ne m'étonne”. Ver e ouvir em <https://www.youtube.com/watch?v=bGZqtAohIPA>.

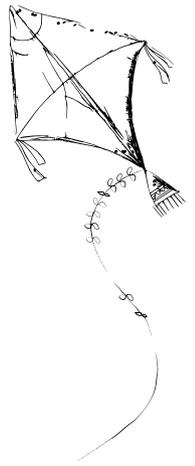
7 Ver em <http://www.yinkashonibarembé.com/>

8 Vale lembrar, ainda, que após anos de tensão, o Sudão realizou em janeiro de 2011 um referendo popular sobre a sua divisão em dois países, que pôs fim a décadas de guerra civil entre as regiões norte e sul do país. A maioria da população (98%) votou pela independência do Sudão do Sul, cujo Estado foi criado a 09 de julho daquele ano.

9 Mais tarde, durante a ditadura de Salazar, foram mantidos os objetivos portugueses (nunca alcançados) de garantir uma grande faixa territorial no sul do continente, ligando a “costa à contra costa”, numa espécie de “moçangola”.

10 Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique

11 O Estatuto do Indigenato visava a “assimilação” dos indígenas (nativos africanos) na cultura colonial, oficializando a discriminação no regime por meio da divisão de três grupos populacionais: os indígenas, os



assimilados e os brancos. Somente os assimilados, entre os não-brancos, tinham algum direito assegurado enquanto cidadãos e esse direito não passava para seus descendentes (CABRAL apud. ANDRADE, 1978).

12 Ver www.electra.cv.

13 Um conjunto de grandes medidas – que se compõe de dez regras básicas – formuladas durante uma reunião, em novembro de 1989, por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. As dez regras básicas do Consenso de Washington: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) juros de mercado; (5) câmbio de mercado; (6) abertura comercial; (7) investimento estrangeiro direto sem restrições; (8) privatização de empresas estatais; (9) desregulamentação ou flexibilização de leis trabalhistas e econômicas; (10) direito à propriedade.

14 A pandemia de COVID-19 levou à paralisação do setor turístico no país, resultando numa contração de 14,8% do PIB em 2020 – a maior redução já registada e uma das maiores de África. O setor hoteleiro e o dos restaurantes sofreu uma contração de 71%, enquanto o dos transportes e das comunicações caiu 33% (BANCO MUNDIAL, 2021).

15 Ver <https://www.storionalugar.net/>

16 Mulheres que tocam e dançam o batuque, gênero musical e dança de Cabo Verde, estruturado no canto-resposta, historicamente hostilizado pela administração colonial, por ser considerado “africano”.

17 PALOP é a sigla para Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

18 Conjunto das ilhas atlânticas no norte da África constituído por Açores e Madeira (Portugal); Canárias (Espanha) e Cabo Verde. Apesar do termo ter sido usado pela primeira vez em finais do século XIX, apenas a partir de 1961 passou a incluir Cabo Verde (VANDERPOORTEN, 2007).

19 Regime político autoritário que vigorou em Portugal de 1933 a 1974, sob a liderança de António Oliveira Salazar.

20 O escritor Ken Saro-Wiwa foi morto por conta de sua vida dedicada a denunciar os crimes ambientais da Shell na Nigéria, conforme mostra o documentário-tese de Elisa Dassoler, “Ken Saro-Wiwa, Presente!” (<https://www.elisadassoler.com/ken-saro-wiwa-presente>).

21 Há alguns anos o Gana tem se tornado o destino do lixo eletrônico europeu, com enormes impactos ambientais, como mostram várias matérias na imprensa nacional e internacional. Ver: (https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160109_lixao_eletronicos_ab; <https://www.dw.com/pt-002/lixo-eletr%C3%B3nico-em-%C3%A1frica-%C3%A9-uma-amea%C3%A7a-para-a-popula%C3%A7%C3%A3o/a-15743931>; <https://m.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1570205-gana-abriga-maior-lixao-de-eletronicos-da-africa.shtml>; <https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/90-do-lixo-eletronico-do-mundo-sao-jogados-em-paises-africanos.html>).

22 O mesmo acontece para a extração do Coltan na República Democrática do Congo, conforme apontam El País e Deutsche Welle: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/19/internacional/1455896992_924219.html; <https://www.dw.com/pt-002/a-maldi%C3%A7%C3%A3o-dos-recursos-na-rep%C3%BAblica-democr%C3%A1tica-do-congo/g-38723583>

23 O documentário “Sandgrains”, de Gabriel Manrique e Jordie Montevicchi, aborda os problemas da pesca internacional, na maioria das vezes ilegal, em águas cabo-verdianas (ver <https://www.youtube.com/watch?v=ZIQ1i-J4wPvI>); a dissertação de mestrado tese “A pesca ilegal, não declarada e não regulamentada - INN” dá um excelente panorama dos problemas internacionais decorrentes deste tipo de atividade predatória (ver https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/31907/1/ulfd133612_tese.pdf); ainda, diversas reportagens denunciam a pesca criminosa em Cabo Verde. Ver: <https://www.pescamadora.com.br/2015/07/interpol-apreende-dois-doa-barcos-mais-procurados-por-pesca-ilegal-em-cabo-verde/>

24 Sobre lixo tóxico nos oceanos que banham o continente, ver: <https://www.ambientelegal.com.br/lixao-do-mundo/>; https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/03/050302_tsunamidtl

25 Um exemplo significativo é o Gamboa Frente Marítima, do arquiteto espanhol Ricardo Bofill, com nove torres de apartamentos na orla da Praia. A proposta inclui o aterro do mar, ligando a praia com um ilhéu. Para além da grandiosidade desproporcional ao contexto, os prédios têm a forma de máscaras africanas, numa mimese simplista e desconectada da realidade local, uma vez que em Cabo Verde as máscaras não fazem parte das práticas ritualísticas, entre outros problemas. Até o momento, o projeto não chegou a ser executado. Ver <https://artsinvestments.com/BK/projects/cape-verde/gamboa/>.

26 Ver <https://documents1.worldbank.org/curated/pt/642351559206824440/pdf/Environment-and-Social-Assessment-Study.pdf>. Sob a perspectiva aqui adotada, o relatório, redigido em inglês, apresenta inúmeros problemas, que, no entanto, não vamos analisar nesse artigo.

27 Do original “In this plan, it is recommended that tourism authorities in Cape Verde think of the possibility of Turismo de Portugal, IP - the highest authority for the sector in this country - to act as the certifying entity of some of the courses to be launched”.

28 Ver: <https://xu4innovation.wordpress.com/>.

29 Na época o CIDLOT era dirigido por Patti Anahory e coordenado pela autora do texto.

30 Em 2015, o trabalho, em sua versão digital, abriu a quarta edição do encontro internacional “Balance-Unbalance”, com o tema “water, climate, and place reimagining environment”, realizado na Arizona State University, localizada na região desértica dos Estados Unidos.

31 Ver: <https://www.dwell.com/article/an-inno-native-approach-adefecc6>; <https://www.youtube.com/watch?v=vy5OYUo5Fc>.

32 Ver: <https://www.kerearchitecture.com/>.

33 Ver: <https://www.iconeye.com/architecture/features/interview-luyanda-mpahlwa>.

34 Trata-se de um mecanismo simples, que utiliza conceitos básicos da termodinâmica: o teto em cone, com abertura no ponto superior promove a sucção do ar quente para o exterior do ambiente, melhorando o conforto térmico.

35 Leão Lopes é um realizador de cinema, artista visual e designer cabo-verdiano que tem se dedicado a pesquisas junto à comunidade de Santo Antão, ilha com uma grande disponibilidade de pozolona, um material silício ou sílico-aluminoso que, quando finamente



móido e na presença de água, forma compostos com propriedades cimentícias. O projeto de Leão Lopes para o Restaurante Babilônia, naquela ilha, é um bom exemplo do emprego da pozolana na arquitetura. Ver *Architectural Guide Sub-Saharan Africa*, vol.2, p. 38. Ver também seu livro dedicado à arquitetura sustentável em Cabo Verde (<https://pt.scribd.com/document/391112319/Leao-Lopes-Correia-Guedes-M-AAVV-Sustainabl-BookZZ-org>).

36 Eloísa Ramos tem se destacado na arquitetura contemporânea cabo-verdiana especialmente pelo reuso de materiais, já que matérias-primas são escassas no arquipélago. Ver *Architectural Guide Sub-Saharan Africa*, vol.2, p. 46 a 49. Atualmente, a arquiteta está à frente do escritório Ramos Castellano Arquitectos, em sociedade com o arquiteto Moreno Castellano (ver <https://www.ramos-castellano.com/>).

37 Em 2010, o Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território da Universidade de Cabo Verde promoveu o encontro “Arquitetura Sustentável” com a participação de Cláudio Carvalho e da arquiteta brasileira Ana Paula do Val.

38 Trata-se de uma comunidade religiosa no interior da ilha de Santiago, formada a partir de grupos que se revoltaram contra as reformas na liturgia da Igreja Católica, introduzidas na década de 1940. A comunidade foi ridicularizada, denunciada e perseguida pelo regime colonial, que chegou a prender ou desterrar muitos de seus membros para outras ilhas. Nesse contexto de perseguição, o isolamento do grupo foi uma questão de sobrevivência, motivo pelo qual se refugiaram principalmente nas zonas montanhosas de difícil acesso, mantendo, até hoje, suas tradições religiosas e culturais. Seus hábitos são simples, ligados à agricultura, à pesca e ao artesanato, recusando símbolos de modernidade como rádio ou televisão. Refletindo os princípios da comunidade, a sua

arquitetura tem por base o caniço e a palha, observando aberturas estratégicas para a ventilação. Muitas atividades domésticas são realizadas no espaço exterior ou em ambientes comunitários.

Referências

ALIER, J. **Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDRADE, M. (org.). **Obras Escolhidas de Amílcar Cabral**. Lisboa: Seara Nova, 1978.

ANJOS, J. C. “Cabo Verde e a Importação do Ideologema Brasileiro da Mestiçagem”. **Horizontes Antropológicos**, ano 6, n. 14: 177-204, 2000.

ANJOS, J.C. **Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde**. Praia: INIPC, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Environment and Social Assessment Study of the Tourism Sector in Cape Verde**. Relatório Técnico. s/l, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde aspectos gerais**. Atualizado 13/01/21.

BARROS, V. “Sob o signo da celebração do Império”. In: MWEWA, M. et al. (orgs.). **Sociedades Desiguais**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009.

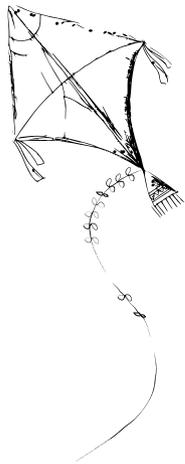
BARROS, V. “Imaginar Cabo Verde a partir das imagens do Brasil”. **Estudos Políticos**, n.0, 2010/01: 21-36.

BARROS, V. “Cabo Verde a Imaginação dos Espaços de Pertença”. In: MOASSAB, A.; BERTHET, M. (orgs.). **Territórios, cidades e identidades africanas em movimento**. Foz do Iguaçu: Edunila, 2022.

BCV. **Relatório do estado da economia em Cabo Verde em 2020**. Praia: BCV, 2021.

BIBLIOTECA DO CONGRESSO. **Mapa de Cabo Verde**. Disponível: <https://www.wdl.org/es/item/534/>. Acesso 31/07/22.

BIENNALECHANEL. **Biennale Architettura 2021 - Storia Na Lugar**. Veneza, 2021. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=vItGOMq9wK0>. Acesso 31/07/22.



- CAPAI, E.; MOASSAB, A.; ANAHORY, P. **A Cinderela: Sonhos, Água, Território e Mulheres em Cabo Verde**. 2010 (vídeo-documentário).
- CHARLES, A; SÁ, L. "Cartografia histórica da África". In: Anais do I **Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. Disponível: https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simp-sio/CHARLES_ARLINDO_E_SA_LUCILENE_ANTUNES.pdf. Acesso: 31/07/22.
- DELGADO, A. Caracterização sócio-económica das famílias que vivem da apanha e extracção de inertes na ilha de Santiago. In: **Mesa-redonda meio ambiente, sustentabilidade e género**. Praia: PIL, 2011. Apresentação oral.
- ELLERY, D. **Identidades em Trânsito**. Campinas: Arte Escrita, 2009.
- GALEANO, E. **De Pernas pro Ar**. Porto Alegre: L&PM editores, 2009.
- FAKOLY, T. "Plus rien ne m'étonne". In: **Coup de gueule**. Alemanha: Universal, 2004. CD.
- FATHY, H. **Construindo com o Povo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1972.
- FIEDLER, J. (org.). **Cabo Verde, A Lógica do Crescimento**. Viena: Sudwind, 2008.
- FURTADO, C. **As transformações das estruturas agrárias numa sociedade em mudança**. Praia: ICL, 1993.
- HERNANDEZ, L. **A África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- INE. **Resultados preliminares do V recenseamento geral da população e habitação**. Praia: INE, 2021.
- LESTER, T. **A quarta parte do mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- MESQUITA, A. **Mapas dissidentes**. São Paulo: USP, 2013. TD.
- MOASSAB, A. **Brasil periferia(s)**. São Paulo: Educ, 2011a.
- MOASSAB, A. "Campus universitário". **Palíndromo**, v.5., n. 5: 1995-223, 2011b.
- MOASSAB, A. "Território e identidade em Cabo Verde". In: LIMA, A. **Psicologia social crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2012.
- MOASSAB, A. "The monoculture of tourism in Cape Verde". In: TRUSIANI, E. **Urban planning and architecture heritage in Cape Verde**. Roma: Orienta Edizioni, 2013. 45-62.
- MOASSAB, A.; ANAHORY, P. **Panorama da Arquitetura Habitacional em Cabo Verde**. Santiago: Edições Uni-CV, 2022.
- NEVES, B. **O Seminário-Liceu de S. Nicolau**. Porto: CEAUP, 2008.
- PRADO, F. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. Marília: Lutas Anticapital, 2020. ROCHA, E. "Mandjakus em Praia". In: LUCAS, M.; SILVA, B. (orgs). **Ensaio Etnográfico na Ilha de Santiago de Cabo Verde**. Porto Alegre/Praia: UFRGS/UNICV, 2009, 109-139.
- RODRIGUES, F. "Mapas: (re)cortes coloniais". **O Cabo dos Trabalhos**, n° 1: 1-40, 2006. Disponível: <https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n1/ensaios.php>. Acesso: 31/07/22.
- SANTOS, B. **A Gramática do Tempo**. São Paulo: Cortez, 2006.
- TENDLER, S. **Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá**. Brasil: Caliban Produções, 2006. Documentário.
- VANDERPOORTEN, A. et al. "Does macaronesia exist?". **American Journal of Botany**, 94(4): 625-639, 2007. Disponível: <https://www.jstor.org/stable/27733221>. Acesso: 31/07/22.
- ŽIŽEK, S. **Elogio da Intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.